



*Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

# **RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

**RELOCI – CONTAS DE GOVERNO –  
CONSOLIDADO**

**(ITEM 3.2.1, ANEXO III DA IN TCE/ES 68/2020)**

**EXERCÍCIO DE 2024**



# *Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

**Chefe do Poder Executivo Municipal Responsável pelo Envio  
Thiago Lopes Pessotti**

**Chefe do Poder Executivo Municipal Responsável pela Gestão  
Cleudenir José de Carvalho Neto**

**Controlador Geral Interno (10/01/2024 à 08/10/2024)  
Carlos Alberto da Silva Junior**

**Controlador Geral Interno (09/10/2024 à 31/12/2024)  
Luciane Teresinha Pirovani Palácios**

**Coordenador da UCCI  
Ivana Cecília Lacerda Loreti**

**Auditor Público Municipal  
Luciane Teresinha Pirovani Palácios (19/01/2023 à 05/10/2024)  
Lucas Belford Moreira**



## SUMÁRIO

<b>1. Relatório.....</b>	<b>4</b>
<b>1.1. Introdução.....</b>	<b>4</b>
<b>1.2 Pontos de Controle verificados .....</b>	<b>4</b>
<b>1.3. Constatações e Proposições dos Pontos de Controle.....</b>	<b>10</b>
<b>1.4. Da Gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal.....</b>	<b>15</b>
<b>1.5. Da Gestão Previdenciária .....</b>	<b>16</b>
<b>1.6. Análise das Demonstrações Contábeis.....</b>	<b>16</b>
1.6.1. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Não Processados entre Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro .....	16
1.6.2. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Processados entre Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário.....	16
1.6.3. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário .....	17
1.6.4. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário .....	17
1.6.5. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária .....	17
1.6.6. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Despesa Orçamentária. ....	18
1.6.7. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa .....	18
1.6.8. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa.....	18
1.6.9. Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial .....	18
1.6.10. Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores.....	19
1.6.11. Análise da despesa Executada em relação à Dotação Atualizada .....	19
<b>1.7. Constatações documentação PCA .....</b>	<b>19</b>
<b>2. Parecer do Controle Interno .....</b>	<b>20</b>



**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO- CONSOLIDADA**

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno do Município de Dorcas do Rio Preto

**Entidade:** Município de Dorcas do Rio Preto

**Gestor responsável pelo envio:** Thiago Lopes Pessotti

**Gestor responsável:** Cleudenir José de Carvalho Neto

**Exercício:** 2024

## 1. RELATÓRIO

### 1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, além das análises de demonstrações contábeis, seguido das constatações quanto aos arquivos da PCA enviados a esta unidade, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

### 1.2 PONTOS DE CONTROLE VERIFICADOS

Código	Objeto/Ponto de controle	Informações Analisadas	Base Legal	Tipo de Procedimento	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Cadastro de Movimentação Financeira, emitido no sistema contábil  Lei 1.2020/2023 - LOA	CRFB/88, art. 168.	Conformidade (verificação documental)	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	R\$1.800.000,00	100%
1.2.13	Equilíbrio Financeiro e Atuarial	Lei 924/2020  Decreto 4.033/2022  Análise realizada mensalmente através de acompanhamento no Sistema	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Análise documental;  Recálculo	Verificar a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial no ente que instituir ou manter RPPS.	R\$1.741.728,96  Lei 924/2020  Decreto 4.033/2022  Análise realizada mensalmente através de acompanhamento no Sistema Contábil e	100%



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

		Contábil e de verificação no site institucional do município.				de verificação no site institucional do município.	
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de Equacionamento	Análise realizada mensalmente através de verificação no Portal da Transparência do Município, do site institucional e do sistema contábil.  Verificação Balanço Patrimonial e Balanço Financeiro 2024 - PREVIDRP	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Análise documental;  Indagação	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do Regime Próprio de Previdência.	<b>\$1.556.160,42</b> Valor do Déficit Financeiro apurado através de análise do Balanço Orçamentário e do Balanço Financeiro.	100%
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Relatório e informações constantes nos processos 0780/2025 - Procuradoria Municipal e 1378/2025 - Divisão de Contabilidade	LC 101/2000, art. 11.	Análise Documental;  Indagação	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	R\$500.939,58  Valor total da cobrança judicial e em cartório	100%
1.4.1	Educação aplicação mínima	RREO 6º Bimestre Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE/TCEES)	CRFB/88, art. 212, nº 9.394/1996 (LDB), art. 69	Revisão Analítica	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB.	R\$9.356.604,05 (equivalente a 26,26%) a	100%
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	RREO 6º Bimestre Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE)	CRFB/88, art. 77, Inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Revisão Analítica	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.	R\$6.004.719,72 (equivalente a 93,46%)	100%
1.4.4	Saúde aplicação mínima	RREO 6º Bimestre Demonstrativo das Receitas e Despesas com	CRFB/88, art. 77, Inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts.	Análise Documental	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes	R\$6.448.665,70 (equivalente a 18,97% das despesas liquidadas)	100%



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

		Ações e Serviços Públicos de Saúde/TCEES	6º e 7º.		a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012		
1.4.7	Despesas com pessoal limite	RGF 2º Semestre Demonstrativo da Despesa com Pessoal /TCEES	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Análise Documental	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	41,69%)	100%
1.4.10	Despesas com pessoal limite prudencial vedações	RGF 2º Semestre Demonstrativo da Despesa com Pessoal/TCEES	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º	Análise Documental	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	41,69%)	100%
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	RGF 2º Semestre Demonstrativo da Despesa com Pessoal	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Análise Documental	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	41,69%)	100%
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	Cadastro de Movimentação Financeira, emitido no sistema contábil  Lei nº 1.020/2023 - LOA	CRFB/88, ART. 29-A, § 2º.	Conformidade;  Revisão Analítica	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	R\$1.800.000,00	100%
1.4.15	Dívida pública extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente	RGF 2º Semestre Demonstrativo da Dívida Consolidada Liqui Da/TCEES	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal	Revisão Analítica	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	R\$ -7.498.462,55	100%
1.4.16	Operação de	RGF 2º Semestre	Resolução nº	Revisão	Avaliar se houve	R\$122.526,00	100%



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	crédito por antecipação de receita orçamentária limite	Demonstrativo das Operações de Crédito/TCEES	43/2001 do Senado Federal, art. 10	Análítica	contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida.		
2.1.2	LDO limitação de empenho.	Lei nº 1.013/2023, Art. 23, §1º, alíneas I a V, §2º, alíneas I a VI.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea	Análise Documental	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	Lei nº 1.013/2023 - LDO para o exercício de 2024.	100%
2.1.4	LDO condições para transferências de recursos a entidades privadas.	Lei nº 1.013/2023, Art. 28, § 1º e 2º.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	Lei nº 1.013/2023 - LDO para o exercício de 2024	100%
2.1.5	LDO Anexo de Metas Fiscais abrangência	Anexo de Metas Fiscais – Metas Anuais, de acordo com LRF, art. 4º, § 1º.  file:///C:/Users/User/Downloads/1220EE61A32BC65BD1AB65E0B083355A%20(6).PDF	LC 101/2000, art. 4º, §1º e §2º.	Análise Documental	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Lei nº 1.013/2023 - LDO para o exercício de 2024.	100%
2.1.6	LDO Anexo de Metas Fiscais conteúdo	Anexo de Metas Fiscais – LDO para 2024.  file:///C:/Users/User/Downloads/1220EE61A32BC65BD1AB65E0B083355A%20(6).PDF	Portaria STN nº 637/2012	Análise Documental	Avaliar se os demonstrativos que integraram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	Lei nº 1.013/2023 - LDO para o exercício de 2024.	100%
2.1.7	LDO Anexo de Riscos Fiscais abrangência	Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e	LC 101/2000, art. 4º, § 3º	Análise Documental	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos	Lei nº 1.013/2023 - LDO para o exercício de 2024.	100%





# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

		Providências LDO para 2024..  file:///C:/Users/Us er/Downloads/12 20EE61A32BC65 BD1AB65E0B083 355A%20(6).PDF			Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.		
2.1.8	LDO Anexo de Riscos Fiscais conteúdo	Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências – Lei nº 1.013/2023.  file:///C:/Users/Us er/Downloads/12 20EE61A32BC65 BD1AB65E0B083 355A%20(6).PDF	Portaria STN nº 637/2012	Análise Documental	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	Lei nº 1.013/2023 - LDO para o exercício de 2024.	100%
2.1.13	LOA Reserva de Contingência	Lei nº 1.013/2023 - LDO, art. 19, §1º e §2º.  Lei 1.020/2023 - LOA	Lc 101/2000, art. 5º, inciso III	Conformidade (verificação documental)	Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	Lei nº 1.013/2023 - LDO - art. 19, §1º e §2º.  Lei 1.020/2023 – LOA	100%
2.1.14	LOA previsão de recursos para pagamento de precatórios	Lei nº 1.013/2023 - LDO  Lei 1.020/2023 - LOA  file:///C:/Users/DE LL/Downloads/12 20EE61A32BC65 BD1AB65E0B083 355A%20(4).PDF  file:///C:/Users/DE LL/Downloads/E6 0CD67C8D4183 D5888BA73CC30 7A2CC%20(5).P DF	CRFB/88, art. 100, § 5º.	Conformidade (verificação documental)	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 01 de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88, alterado pelo EC 114/2021.	Lei nº 1.013/2023 - LDO  Lei 1.020/2023 – LOA	100%
2.1.17	Transparência na gestão	Informações prestadas pela Secretaria de Planejamento, através do processo nº 4140/2023	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único	Análise Documental	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei da LDO e da LOA.	Informações prestadas pela Secretaria de Planejamento, através do processo nº 4140/2023.	100%
2.2.2	Instituição, previsão e execução de receitas.	Relatório de Receitas Arrecadadas sistema contábil	LC 101/2000, art. 11.	Análise de Conteúdo	Avaliar se foram instituídos, previstos e efetivamente arrecadados todos os tributos de competência do ente da Federação.	R\$3.215.576,86 (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Balanço Orçamentário 2024)	100%
2.2.13	Créditos adicionais –	Listagem de Créditos	CRFB/88, art. 167, inciso V,	Auditoria Governamental	Avaliar se houve abertura de crédito	Lei nº 1.020/2023	100%





# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	autorização legislativa para abertura	Adicionais - Relatório emitido no sistema contábil.  Lei nº1.020/2023.	c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	de conformidade	adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.		
2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	Listagem de Créditos Adicionais - Relatório emitido no sistema contábil	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	Listagem de Créditos Adicionais - Relatório emitido no sistema contábil	100%
2.2.19	Créditos extraordinários – abertura	Listagem de Créditos Adicionais - Relatório emitido no sistema contábil	CRFB/88, art. 167, § 3º.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88.	-	100%
2.2.21	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Verificação Portal institucional	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Análise Documental	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Verificação Portal institucional	100%
2.2.22	Transparência na gestão – execução orçamentária	Portal Institucional do Município	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Análise Documental	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.	Portal Institucional do Município	100%
2.5.3	Alíquota de contribuição – Fixação	Lei 114/2024(14% alíquota retenção de servidor, 22% alíquota patronal e 3,6% taxa de administração	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Análise Documental	Verificar se as alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária.	Lei 114/2024 (14% alíquota retenção de servidor, 22% alíquota patronal e 3,6% taxa de administração)	100%
2.5.8	Controle informatizado e individualizado das contribuições	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do	Lei 9717/1998, art. 1º, VII. Portaria MPS 402/2008, 18	Análise documental; Inspeção	Verificar se o ente federativo mantém registro individualizado dos	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pela	100%



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	dos servidores do ente	processo nº 0788/2025 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0786/2025		Física; Observação Direta	segurados do RPPS, contendo as informações mínimas exigidas pelo Ministério da Previdência Social.	Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0786/2025	
2.5.9	Disponibilização do registro individualizado ao segurado	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0786/2025	Lei 9717/1998, art. 1º, VII. Portaria MPS 402/2008, 18	Análise documental; Observação Direta	Verificar se o ente federativo disponibiliza aos seus segurados as informações constantes de seu registro individualizado.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0786/2025	100%
2.5.26	Censo Atuarial	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0786/2025.	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12.	Análise Documental; Indagação	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0786/2025.	100%
2.5.27	Hipóteses Atuariais - Definição	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pelo gabinete do Prefeito, através do processo nº 1296/2025.	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403, de 10 de Dezembro de 2008, art. 5º.	Análise Documental; Indagação	Verificar se estão sendo eleitas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras mais adequadas às características da massa de segurado e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025e pelo gabinete do Prefeito, através do processo nº 1296/2025.	100%
2.5.28	Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pelo gabinete do Prefeito, através do processo nº 1296/2025.	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403, de 10 de Dezembro de 2008, art. 5º.	Análise Documental; Indagação	Verificar se as hipóteses estão sendo escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025e pelo gabinete do Prefeito, através do processo nº 1296/2025.	100%

## 1.3 CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES DOS PONTOS DE CONTROLE

Código	Achados/Constatações	Proposições/Alertas	Situação
1.1.3	<p>Foi transferido ao Poder Legislativo Municipal o valor de R\$1.800.000,00, em doze parcelas de R\$150.000,00, referente ao duodécimo, nos dias: 19/01,16/02,19/03,18/04,17/05,18/06,17/07, 16/08, 18/09, 17/10, 18/11 e 18/12/2024.</p> <p>Entretanto, observou-se que no dia 30/12/2024 foi transferido EQUIVOCADAMENTE o valor de R\$ 113.359,92.</p> <p>Valor que retornou à conta da prefeitura no dia 06/01/2025, conforme verificação de extrato bancário.</p>	-	Regular



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

1.2.13	<p>No exercício de 2024 foi recebido pelo PREVIDRP a quantia de R\$ 1.741.728,96 referente ao Aporte Atuarial, em conformidade com o valor determinado no anexo I, da Lei 924/2020.</p> <p>Em apuração ao Resultado Financeiro de 2024, identificou-se ausência de Equilíbrio Financeiro, decorrente da diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, conforme demonstrado abaixo:</p> <table><tr><th colspan="2">Análise Financeira do RPPS</th></tr><tr><td>(=) Receitas Correntes</td><td>5.855.972,98</td></tr><tr><td>(-) Receita Patrimonial</td><td>1.952.996,63</td></tr><tr><td>(-)Outras Receitas Correntes</td><td>1.741.728,96</td></tr><tr><td>(-) Despesas Empenhadas</td><td>3.717.408,51</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td><b>(=) Insuficiência Financeira</b></td><td><b>(R\$1.556.160,42)</b></td></tr></table> <p>Fonte: Balanço Orçamentário e Financeiro 2024</p>	Análise Financeira do RPPS		(=) Receitas Correntes	5.855.972,98	(-) Receita Patrimonial	1.952.996,63	(-)Outras Receitas Correntes	1.741.728,96	(-) Despesas Empenhadas	3.717.408,51			<b>(=) Insuficiência Financeira</b>	<b>(R\$1.556.160,42)</b>	<p>Comunicação ao diretor presidente, através de processo administrativo, que a inconsistência detectada evidencia desequilíbrio financeiro e requer ação de cobrança do PREVIDRP em relação ao ente, afim de que seja mantida a manutenção do equilíbrio financeiro do RPPS.</p>	A Regularizar
Análise Financeira do RPPS																	
(=) Receitas Correntes	5.855.972,98																
(-) Receita Patrimonial	1.952.996,63																
(-)Outras Receitas Correntes	1.741.728,96																
(-) Despesas Empenhadas	3.717.408,51																
<b>(=) Insuficiência Financeira</b>	<b>(R\$1.556.160,42)</b>																
1.2.14	<table><tr><th colspan="2">Análise Financeira do RPPS</th></tr><tr><td>(=) Receitas Correntes</td><td>5.855.972,98</td></tr><tr><td>(-) Receita Patrimonial</td><td>1.952.996,63</td></tr><tr><td>(-)Outras Receitas Correntes</td><td>1.741.728,96</td></tr><tr><td>(-) Despesas Empenhadas</td><td>3.717.408,51</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td><b>(=) Insuficiência Financeira</b></td><td><b>(R\$1.556.160,42)</b></td></tr></table> <p>Fonte: Balanço Orçamentário e Financeiro 2024</p> <p>No exercício de 2024, verificou-se que as receitas previdenciárias recolhidas pelo RPPS não foram suficientes para cobrir as despesas previdenciárias, sendo necessário a utilização dos rendimentos de aplicação financeira, demonstrando assim a existência de déficit financeiro. Fato este comunicado ao presidente do RPPS durante todo o exercício de 2024 e ao Chefe do Poder Executivo através do processo nº 5431/2024.</p>	Análise Financeira do RPPS		(=) Receitas Correntes	5.855.972,98	(-) Receita Patrimonial	1.952.996,63	(-)Outras Receitas Correntes	1.741.728,96	(-) Despesas Empenhadas	3.717.408,51			<b>(=) Insuficiência Financeira</b>	<b>(R\$1.556.160,42)</b>	<p>Comunicação ao diretor presidente, através de processo administrativo, que a inconsistência detectada evidencia desequilíbrio financeiro e requer ação de cobrança do PREVIDRP em relação ao ente, afim de que seja mantida a manutenção do equilíbrio financeiro do RPPS.</p>	A Regularizar
Análise Financeira do RPPS																	
(=) Receitas Correntes	5.855.972,98																
(-) Receita Patrimonial	1.952.996,63																
(-)Outras Receitas Correntes	1.741.728,96																
(-) Despesas Empenhadas	3.717.408,51																
<b>(=) Insuficiência Financeira</b>	<b>(R\$1.556.160,42)</b>																
1.3.6	<p>Conforme informações prestadas pela Procuradoria Municipal – processo 0780/2025 e pela Divisão de Contabilidade – processo 1378/2025, no exercício de 2024, as medidas adotadas com vistas à cobrança da dívida ativa foram:</p> <p>Protesto em Cartório e Cobrança Judicial.</p> <p>De acordo com relatório emitido pela Divisão de Tributação – processo 0776/2025, o valor de Dívida Ativa recebida no exercício de 2024 foi de R\$ 111.802,92</p>	-	Regular														
1.4.1	<p>De acordo com verificação dos dados contidos no RREO 6º Bimestre/TCEES, a aplicação dos recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, no exercício de 2024, atingiu 26,26%, estando em conformidade com o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.</p>	-	Regular														
1.4.2	<p>De acordo com verificação dos dados contidos no RREO 6º Bimestre/TCEES, a aplicação dos recursos do FUNDEB, no pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício foi de 93,46%.</p>	-	Regular														
1.4.4	<p>O percentual dos recursos aplicados em ações e serviços públicos de saúde, no exercício de 2024, foi de 18,97%, de acordo com o apurado no RREO 6º Bimestre/TCEES.</p>	-	Regular														
1.4.7	<p>O índice de despesa com pessoal foi no percentual de 41,69%(Executivo), observando o estabelecido nos artigos 19 e 20 da</p>																



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	LRF.	-	Regular
1.4.10	As despesas totais com pessoal (41,69%) não ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF.	-	Regular
1.4.11			
1.4.14	Os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88, de acordo com verificado no cadastro de movimentação financeira do sistema contábil, estando em conformidade com a Lei nº 1.020/2023 – LOA. Entretanto observou-se um repasse, realizado de forma equivocada, no valor de R\$113.359,92 no dia 30/12/2024, que retornou aos cofres da prefeitura no dia 06/01/2025.	-	Regular
1.4.15	A dívida consolidada líquida (- R\$ 7.498.462,55) do Município não extrapolou o limite determinado na LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº40/2001 do Senado Federal no decorrer da execução orçamentária do exercício de 2024.	-	Regular
1.4.16	Houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício de 2024. O índice apurado para cumprimento do limite nas operações de crédito foi de 0,26%. De acordo com o definido pelo Senado Federal (limite 7%)	-	Regular
2.1.2	De acordo com o Art.23, §1º, alíneas I a V e §2º, alíneas I a VI da Lei nº 1.013/2023, a LDO aprovada para o exercício contém dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	-	Regular
2.1.4	De acordo com o Art.28, §1º e § 2º da Lei nº 1.013/2023, a LDO aprovada para o exercício contém dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	-	Regular
2.1.5	De acordo com verificação no site oficial da PMDRP, a LDO aprovada para o exercício contém o Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.  file:///C:/Users/User/Downloads/1220EE61A32BC65BD1AB65E0B083355A%20(6).PDF	-	Regular
2.1.6	Os demonstrativos que integraram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN, conforme descrito na Lei nº 1.013/2023. Art. 4º Os Anexos de Metas Fiscais referidos no artigo anterior, constituem-se dos seguintes informações: Demonstrativo I: Metas Anuais; II Demonstrativo II: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior; Demonstrativo III: Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores; Demonstrativo IV: Evolução do Patrimônio Líquido; Demonstrativo V: Origem Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos; Demonstrativo VI: Avaliação da Situação Financeira Atuarial do RPPS; Demonstrativo VII: Estimativa Compensação da Renúncia de Receita; Demonstrativo VIII: Margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.  file:///C:/Users/User/Downloads/1220EE61A32BC65BD1AB65E0B083355A%20(6).PDF	-	Regular



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

2.1.7	<p>De acordo com verificação a LDO aprovada para o exercício conteve os Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.</p> <p>file:///C:/Users/User/Downloads/1220EE61A32BC65BD1AB65E0B083355A%20(6).PDF</p>	-	Regular
2.1.8	<p>De acordo com verificação o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, que integrou a LDO aprovada para o exercício de 2023, foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais – 13ª edição, editado pela STN.</p> <p>file:///C:/Users/User/Downloads/1220EE61A32BC65BD1AB65E0B083355A%20(6).PDF</p>	-	Regular
2.1.13	<p>A LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.</p> <p>Reserva de Contingência: R\$716.102,92.</p> <p>Art. 19 da LDO: Valor inferior a 2% da previsão da Receita Corrente Líquida para o exercício de 2024 (R\$ 17.033.000.000,00)</p>	-	Regular
2.1.14	<p>Lei nº 1.013/2023 - LDO</p> <p>Lei 1.020/2023 - LOA</p> <p>Na LDO para o exercício de 2024 não foi orçado valor para Precatórios, entretanto na LOA foi orçado valor para Sentenças Judiciais.</p> <p>Os valores pagos relativos as Sentenças Judiciais referem-se a:</p> <p>Requisição de Pequeno Valor (RPV) nº 01/2024, Processo nº 0000155-57.2017.8.08.0018 – Fabrício Moreira Gonçalves – R\$12.848,27 em 27/06/2024;</p> <p>Precatório Judicial expedido pelo TJES, Processo 0004514-31.2022.8.08.0000 – Moisés Soares André – R\$175.307,96 em 14/10/2024;</p> <p>Precatório Judicial expedido pelo TJES, Processo 0004528-15.2022.8.08.0000 – Fabrício Moreira Gonçalves – R\$139.802,91 em 14/10/2024;</p>	<p>Verificou-se junto ao setor responsável, no qual explicou que quando foi elaborada a Lei de Diretrizes Orçamentárias ainda não era sabido o valor estimado de precatórios, entretanto na fase de elaboração da Lei Orçamentária Anual era sabido o valor de precatórios que poderiam ser pagos no exercício de 2024. Orientou-se que na elaboração da LOA seja revisto os valores constantes da LDO, afim de altera-los, caso necessário.</p>	A Regularizar
2.1.17	<p>Na elaboração da LDO foi implantado módulo de participação virtual através de acesso direto ao site oficial do município. Não houve audiência pública.</p> <p>De acordo com informações prestadas pela Secretaria de Planejamento, através do processo nº 4140/2023, nos dias 15, 16 e 17/08/2023 foram realizadas audiências públicas, nos distritos de Pedra Menina, Mundo Novo e na sede do município, para elaboração do projeto da lei orçamentária anual-exercício de 2024.</p>	-	Regular
2.2.2	<p>Quanto a efetividade de arrecadação dos tributos de competência do ente: Recolhimento de R\$3.215.576,86 (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Balanço Orçamentário 2024.</p>	-	Regular
2.2.13	<p>De acordo com verificação na Listagem de Créditos Adicionais, constatou-se que não houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.</p> <p>Lei nº1.020/2023</p>	-	Regular



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

2.2.14	De acordo com verificação na Listagem de Créditos Adicionais, contatou-se que os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	-	Regular
2.2.19	De acordo com verificação na Listagem de Créditos Adicionais, não houve abertura de crédito extraordinário.	-	Regular
2.2.21	É dada ampla divulgação, através do site da PMDRP – Portal da Transparência os seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Anual, RREO e RGF. Entretanto deve ser observada a tempestividade da publicação dos balancetes mensais e das posições bancárias.	-	Regular
2.2.22	De acordo com verificação no Portal da Transparência, do site institucional do município, as informações são divulgadas em tempo real.	-	Regular
2.5.3	Conforme acompanhamento realizado durante o exercício de 2024, através do processo 0457/2024, os descontos previdenciários parte servidor e a contribuição patronal estão de acordo com a legislação municipal. Lei 114/2024 (14% alíquota retenção de servidor, 22% alíquota patronal e 3,6% taxa de administração) Entretanto, entende-se que a maneira adequada da demonstração das alíquotas seria: 14% Alíquota contribuição servidor ativo 25,6% Alíquota Ente Federativo Total Conforme disposto no Estudo Atuarial com data focal de 31/12/2023 O valor total patronal emitido no resumo da FOPAG diverge do valor patronal da guia de contribuição previdenciária (diferença 3,6% taxa de administração)	Comunicação a Procuradoria Geral do Município para que verifique quanto ao disposto na Lei 114/2024, sobre a Alíquota Patronal (Alíquota do Ente). Entende-se que o disposto na lei deve estar de acordo com o estabelecido no Estudo Atuarial	A Regularizar
2.5.8	De acordo com informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pela Divisão de Recursos Humanos através do processo nº 0786/2025, o Ente federativo, através da Divisão de Recursos Humanos, mantém registro individualizado dos segurados, entretanto, não atende todas as exigências regulamentadas na Lei 9717/1998 e na Portaria MPS 402/2008.	Comunicação ao Chefe do Poder Executivo, informando que a secretaria municipal de Administração e Finanças (responsável pelo contrato com a empresa locadora do software) requeira da empresa locadora do software contábil e de pessoal que regularize a referida pendência, para atender a Lei 9717/1998, art. 1º, VII e a Portaria MPS 402/2008, 18.  Lei 9717/1998  Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios: <b>VII</b> - registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais, conforme diretrizes gerais;  Portaria MPS 402/2008  Art. 18. O ente federativo manterá registro individualizado dos segurados do RPPS, que conterá as seguintes informações: I - nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes; II - matrícula e outros dados funcionais; III - remuneração de contribuição, mês a mês; IV - valores mensais da contribuição do segurado; V - valores mensais da contribuição do ente federativo. Parágrafo único. Ao segurado e, na sua falta, aos dependentes devidamente identificados serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado.	A Regularizar





## Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

2.5.9	De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pela Divisão de Recursos Humanos através do processo nº 0786/2025, não é possível disponibilizar ao segurado todas as informações determinadas na Lei 9717/1998, art. 1º, VII, e a Portaria MPS 402/2008, 18, em virtude do déficit do software contábil.	Comunicação ao Chefe do Poder Executivo diretor presidente, através de processo administrativo, informando que o RPPS deve solicitar ao ente que requeira da empresa locadora do software contábil e de pessoal que regularize a referida pendência, para atender a Lei 9717/1998, art. 1º, VII e a Portaria MPS 402/2008, 18.	A Regularizar
2.5.26	Não ocorreu Censo Atuarial no exercício de 2024	Comunicação a secretaria de administração e finanças para que verifique junto, ao setor competente o ano que foi realizado o último censo dos servidores públicos, ativos, inativos e pensionistas, afim de que caso seja necessário o mesmo deverá ser realizado. O censo contribui para a melhoria da qualidade dos dados dos segurados e beneficiários do RPPS do município, visando a realização de uma avaliação atuarial consistente e fidedigna.	A Regularizar
2.5.27	De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 1296/2025, o Instituto encaminhou ao Poder Executivo processo específico para escolha das hipóteses- Ofício nº 007/2025.	-	Regular
2.5.28	De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 1296/2025, o Instituto encaminhou ao Poder Executivo processo específico para escolha das hipóteses- Ofício nº 007/2025.	-	Regular

Não foi informada Proposição/Alerta para os itens que se encontram em situação REGULAR.

### 1.4 DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL

Ao final do exercício financeiro houve Superávit na arrecadação de receitas no valor de R\$14.718.937,21 (quatorze milhões, setecentos e dezoito mil, novecentos e trinta e sete reais e vinte e um centavos) em virtude de que a Receita Orçada Prevista foi de R\$47.500.000,00 e a Receita Arrecadada foi de R\$ 64.891.718,05.

As medidas adotadas com vistas à cobrança da dívida ativa foram o Protesto em Cartório e a Cobrança Judicial, totalizando um valor de R\$ R\$ 111.802,92

O índice da despesa com pessoal no exercício de 2024 atingiu percentual de 43,57% (consolidado), e a despesa com pessoal do Poder Executivo foi de 41,69% observando o estabelecido nos artigos 19 e 20 da LRF. O percentual dos recursos aplicados em ações e serviços públicos de saúde foi de 18,97%, e o aplicado na manutenção e no desenvolvimento do ensino foi de 26,26%, índices superiores ao mínimo exigido na CF.

O valor total do ativo imobilizado do Balanço Patrimonial – exercício 2024 (R\$67.921.882,64), foi superior ao valor total do ativo imobilizado do Balanço Patrimonial – exercício 2023 (R\$ R\$54.991.390,13) na monta de R\$12.930.492,51.





## 1.5 DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

No exercício de 2024 o município repassou ao PREVIDRP a quantia de R\$ 1.741.728,96, referente ao Aporte Atuarial, em conformidade com o valor determinado na Lei 924/2020. Foi repassado também o valor de R\$685.129,05, referente a Cobertura de Insuficiências Financeiras 2021 e 2022 – Fundo em Repartição, conforme verificado no Balancete da Receita Extra-Orçamentária.

Em apuração ao Resultado Financeiro de 2024, identificou-se ausência de Equilíbrio Financeiro, decorrente da diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, sendo apurado Déficit Financeiro de R\$1.556.160,42, conforme demonstrado na tabela abaixo:

<i>Análise Financeira do RPPS</i>	
(=) Receitas Correntes	5.855.972,98
(-) Receita Patrimonial	1.952.996,63
(-) Outras Receitas Correntes	1.741.728,96
(-) Despesas Empenhadas	3.717.408,51
(=) Insuficiência Financeira	(R\$1.556.160,42)

Fonte: Balanço Orçamentário e Financeiro 2024

No exercício de 2024, verificou-se que as receitas previdenciárias recolhidas pelo RPPS não foram suficientes para cobrir as despesas previdenciárias, sendo necessário a utilização dos rendimentos de aplicação financeira. Fato este comunicado ao presidente do RPPS durante o exercício de 2024, através das análises mensais realizadas, e ao Chefe do Poder Executivo, através do processo nº 5431/2024.

## 1.6 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1.6.1 Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Não Processados entre Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro

O valor da inscrição de Restos a Pagar não Processados (exercício atual), informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa empenhada subtraído o total da despesa liquidada, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

<b>Restos a Pagar não Processados</b>	
Balanço Financeiro (a)	4.133.585,04
Balanço Orçamentário (b)	4.133.585,04
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

### 1.6.2 Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Processados entre Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário



## Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Controladoria-Geral do Município

O valor da inscrição de Restos a Pagar Processados (exercício atual), informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa liquidada subtraído o total da despesa paga, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Restos a Pagar Processados	
Balanço Financeiro (a)	259.008,42
Balanço Orçamentário (b)	259.008,42
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

### 1.6.3 Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário

Verificação nas informações do Balanço Orçamentário, se houve execução de despesa orçamentária na dotação "Reserva de Contingência", conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução de despesa na dotação Reserva de Contingência	
Despesa Empenhada	0,00
Despesa Liquidada	0,00
Despesa Paga	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação Reserva de Contingência.

### 1.6.4 Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário

Verificação se houve execução de despesa orçamentária na dotação "Reserva do RPPS", com base nas informações do Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução de despesa na dotação Reserva do RPPS	
Despesa Empenhada	0,00
Despesa Liquidada	0,00
Despesa Paga	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação da Reserva do RPPS.

### 1.6.5 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária

O total da receita orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da receita orçamentária, informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Total da Receita Orçamentária	
Balanço Financeiro (a)	60.501.859,12
Balanço Orçamentário (b)	60.501.859,12
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.



**1.6.6 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Despesa Orçamentária**

O total da despesa orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa orçamentária, informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Total da Despesa Orçamentária	
Balanço Financeiro (a)	64.891.718,05
Balanço Orçamentário (b)	64.891.718,05
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

**1.6.7 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa**

O saldo da conta caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício anterior), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior)	
Balanço Financeiro (a)	42.712.029,41
Balanço Patrimonial (b)	42.712.029,41
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

**1.6.8 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa**

O saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício atual), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual)	
Balanço Financeiro (a)	36.123.049,11
Balanço Patrimonial (b)	36.123.049,11
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

**1.6.9 Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial**

O resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela abaixo:



## Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Controladoria-Geral do Município

Resultado Patrimonial	
<b>Exercício atual</b>	
DVP (a)	(23.153.673,65)
Balanço Patrimonial (b)	(23.153.673,65)
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>
<b>Exercício anterior</b>	
DVP (a)	31.693.820,44
Balanço Patrimonial (b)	31.693.820,44
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Patrimonial a Demonstração das Variações Patrimoniais exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

### 1.6.10 Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores

Os saldos devedores devem ser iguais aos saldos credores, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Comparativo dos saldos Devedores e Credores	
<b>Salos Devedores (a) = I + II</b>	<b>243.524.268,96</b>
Ativo (BALPAT) - I	141.393.751,38
Variações Patrimoniais Diminutivas (DEMVAP) - II	102.130.517,58
<b>Salos Credores (b) = III – IV + V</b>	<b>243.524.268,96</b>
Passivo Total = Passivo Exigível + Patrimônio Líquido (BALPAT) - III	141.393.751,38
Resultado Exercício (BALPAT) -IV	(23.153.673,65)
Variações Patrimoniais Aumentativas (DEMVAP) - V	78.976.843,93
<b>Divergência (c) = (a) – (b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Patrimonial a Demonstração das Variações Patrimoniais exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a observância ao método das partidas dobradas.

### 1.6.11 Análise da despesa Executada em relação à Dotação Atualizada

O valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução da Despesa Orçamentária	
Despesa Empenhada (a)	64.891.718,05
Dotação Atualizada (b)	68.167.611,19
<b>Execução da despesa em relação à dotação (a-b)</b>	<b>3.275.893,14</b>

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se que não houve execução orçamentária da despesa em valores superiores à dotação atualizada.

## 1.7 CONSTATAÇÕES -DOCUMENTAÇÃO DA PCA

A documentação necessária para subsídio das análises dos Pontos de Controle foi recebida através da documentação constante nos processos:

nº 0780/2025 - Procuradoria Geral do Município, nº 0788/2025 e 0794/2025 – PREVIDRP, nº 0786/2025 – Div. de Recursos Humanos, nº 0776/2025 – Div. de Tributação, nº 1382/2025 – Div. de Contabilidade e nº 1296/2025 – Gabinete do Prefeito.



## *Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Controladoria-Geral do Município

Os arquivos contábeis foram emitidos através do sistema contábil, pela própria Unidade Central de Controle Interno, outra parte da documentação, que serviu de base para verificação da consistência dos arquivos da PCA, foi solicitado por esta UCCI no dia 20/02/2023, através do processo nº 1382/2025, e foi liberada pela Divisão de Contabilidade, no dia 27/03/2024.

Quanto aos achados referentes aos Pontos de Controle que se encontram em situação “A Regularizar”, informamos que as inconsistências estão informadas no item 1.3 – Tabela Constatações e Proposições dos Pontos de Controle acima descrita.

O Sr. Thiago Lopes Pessoti, atual prefeito municipal, responsável pelo envio da Conta de Prefeito – Governo - Consolidado, será comunicado, através de processo administrativo, sobre as inconsistências detectadas e sobre o escasso tempo para análise dos pontos de controle, restando prejudicada nossa verificação, a fim de que sejam promovidas ações para que as mesmas não ocorram no exercício de 2025.

## **2 PARECER DO CONTROLE INTERNO**

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Cleudenir José de Carvalho Neto, Prefeito do Município de Dorcas do Rio Preto, relativa ao exercício de 2024.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados acima descritos, elencados nos itens 1.3 (27 com situação “Regular” e 7 com situação “A Regularizar”) e 1.6 (11 análises contábeis em Conformidade) desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra **REGULAR COM RESSALVAS**.

Dorcas do Rio Preto/ES, 28 de março de 2025.

**Luciane Teresinha Pirovani Palácios**  
Controlador Geral Interno  
Matrícula 012673  
CRC-ES 017959/O-2

**Ivana Cecília Lacerda Loreti**  
Coordenador da Unidade Central de Controle Interno  
Matrícula 016401  
OAB/MG 203.428

**Lucas Belford Moreira**  
Auditor Público Municipal  
Matrícula 016400